



ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Dia: 26 de março de 2013

Hora: 14:00

Local: Auditório da Fundação Roberto Marinho, Rua Santa Alexandrina 336, Rio Comprido – Rio de Janeiro.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na sede da Fundação Roberto Marinho no Rio de Janeiro, reuniu-se a plenária do FEAP-RJ para a sua 20ª Reunião Ordinária. A sessão foi aberta, às 14 horas e 20 minutos, pelo Sr. **Eugenio Marques**, representante da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RJ), que passou a ler a pauta dos trabalhos, a saber: 1 - Informes Gerais; 2 - Aprovação da ata da 19ª Reunião Ordinária, de 29 de janeiro de 2013; 3 - Informes sobre a reunião dos coordenadores estaduais do projeto Inserção de Aprendizizes no Mercado de Trabalho em Brasília, ocorrida em fevereiro/2013; 4 - Informes e atualizações sobre a Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012, e o Cadastro Nacional da Aprendizagem – CNAP; 5 - Perguntas e respostas - Auditores Fiscais do Trabalho; 6 - Discussão acerca da aprendizagem na Construção Civil (sugestão do SINDISTAL); 7 - Apresentação da Fundação Roberto Marinho; 8 - Momento Aprendiziz que faz com a Fundação Roberto Marinho.

No primeiro item da pauta, o Sr. **Eugenio Marques** reportou a realização de reunião dos coordenadores estaduais do projeto Inserção de Aprendizizes no Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, e informou que, até esta data, não há orientação oficial do Ministério do Trabalho e Emprego acerca da possível estabilidade de aprendiz gestante e que o tema permanece sob análise do órgão jurídico, embora a tendência seja a de que prevaleça o entendimento de que contratos de trabalho de aprendizagem sejam equiparados a contratos temporários e não a contratos por prazo determinado e, assim, ficariam excluídos do benefício da estabilidade. De qualquer forma, segundo o Sr. **Eugenio Marques**, o entendimento não impedirá que os sindicatos continuem a defender a estabilidade da gestante com base na Súmula 244 do Tribunal Superior do Trabalho, no momento da homologação da dispensa, assim como o fazem algumas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

Em continuidade à pauta, foi aprovada, sem ressalvas, a ata da 19ª Reunião Ordinária, de 29 de janeiro de 2013. Sobre a questão levantada na plenária anterior quanto à recusa das unidades militares em fornecer documento que comprove o alistamento dos jovens aprendizizes, o Sr. **Eugenio Marques** informou que poderá ser tentado um contato com o Ministério da Defesa no sentido de sensibilizar as autoridades militares para a necessidade de fornecer essa informação, pois o contrato ficará suspenso durante o período do serviço militar obrigatório. A Sra. **Paula Kalec**, representante do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE Rio, propôs a elaboração de um documento, pelo Fórum, dirigido ao Comando Militar do Leste, em que seja exposto às autoridades militares que a falta dessa informação oficial está a prejudicar todo o programa de aprendizagem, uma vez que muitas empresas não aceitam mais jovens na faixa dos 17 e 18 anos.

O Sr. **Eugenio Marques** adiantou que o prazo de adequação previsto na Portaria nº 723, do MTE, não será mais prorrogado e todas as exigências passam a vigorar a partir de 1º de abril de 2013. O representante da SRTE-RJ explicou que os cursos serão validados de acordo com a data em que foi cadastrado e que, por algum tempo, conviverão dois tipos de cursos – os cadastrados antes, que não eram mais renovados, e os cadastrados depois das alterações. Cursos novos,

completou, só serão cadastrados se cumprirem todas as exigências da portaria e todas as instituições dedicadas à aprendizagem profissional deverão ser registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de sua cidade, ainda que não ofereçam cursos a menores de dezoito anos.

No item 5, reservado a respostas a questionamentos previamente enviados, o Sr. **Eugenio Marques** confirmou que o piso regional salarial prevalece sempre sobre o piso nacional e que a faixa do piso salarial regional indicada para aprendizes da área administrativa é a que engloba “atividades administrativas” e não “auxiliar de serviços gerais”, como adotam algumas empresas. A outra pergunta, esclareceu que o trabalho de segunda-feira a sexta-feira pressupõe o sábado como dia útil não trabalhado e apenas o domingo pode ser classificado como Repouso Semanal Remunerado (RSR), o que impede a empresa de descontar o sábado.

O Sr. **Eugenio Marques** saudou a presença de dois novos participantes do FEAP, as empresas Facilit e Golden Cross. A Sra. **Renata da Costa Ferreira**, representante da Facilit, explicou que sua empresa atua na locação de mão de obra nos ramos da alimentação, limpeza, segurança e tecnologia e lembrou que ainda encontra dificuldades para identificar todos os cursos e instituições dedicadas à aprendizagem profissional. O Sr. **Eugenio Marques** informou aos novos participantes que o Portal da Aprendizagem, no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego na internet, e o CMDCA possuem relação desses cursos e instituições e que, no caso do Portal da Aprendizagem é possível localizá-los discriminados por município.

No item 6 da pauta, a Sra. **Isabel Lemgruber** e o Sr. **Julio Cesar Esposito**, representantes do Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Rio de Janeiro – Sindistal, expuseram as dificuldades que o setor enfrenta para compor turmas de aprendizes, uma vez que, segundo eles, o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial - SENAI não consegue atender às demandas necessárias para cumprimento das cotas de aprendizagem porque não há interesse dos jovens na aprendizagem desses tipos de tarefas. O Sr. **Eugenio Marques** admitiu haver dificuldades na colocação de aprendizes em canteiro de obras e que vai aproveitar reunião já marcada com o SENAI para incluir esse tema na pauta. O Sr. **Douglas Heliodoro da Costa**, representante do Instituto Locus, esclareceu que não existe dificuldade de locação de aprendizes nas áreas administrativas das empresas de construção e instalações, mas, como essas áreas em geral são pequenas, o número de aprendizes não atende nem ao limite mínimo da cota exigida na legislação. Confirmou, ainda, ser muito difícil encontrar quem queira ser aprendiz de servente ou de pedreiro, sendo essa a razão do impasse exposto pelo Sindistal.

A Sra. **Isabella Matsubara**, representante da empresa Araujo Abreu, narrou os entraves encontrados pelas empresas de locação de mão de obra para alocar aprendizes em instalações de clientes, pois segundo ela, o aprendiz não quer ser operacional e sim administrativo. No mesmo sentido, a representante do Instituto Personal Service, Sra. **Marisa Pimentel**, informou que a instituição que representa possui em torno de 15 mil funcionários com uma atividade prioritária no setor de limpeza e sua cota, que se encontra próxima a 500 aprendizes, tem que atuar diretamente nos clientes - ou seja, fora da empresa contratante - nas atividades práticas, frequentando o Instituto somente nas aulas teóricas. A Sra. **Marisa Pimentel** anunciou aos representantes das entidades de construção civil presentes que o Instituto oferece o curso de Aprendizes de Técnicas de Eletricista, já validado pela Portaria nº 723/2012, para atender suas demandas por aprendizes voltados para essa atividade profissional.

A Sra. **Heloisa Cruz**, representante da Comissão de Igualdade de Oportunidades no Mundo do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, anunciou a criação do blog “DiverCidade on line” na internet dedicado ao debate dos temas que afetam pessoas com deficiência, em especial quanto à empregabilidade e à qualificação profissional. Segundo ela, o blog é fruto de sua iniciativa pessoal e já recebeu mais de 700 acessos de todas as partes do mundo pelo endereço eletrônico <http://cigorio.blogspot.com.br>. Ao saudar o novo sítio na internet, a Sra. **Paula Kalec** lamentou não haver avanço na colocação de jovens com deficiência em programas de aprendizagem. O Sr. **Julio Cesar Esposito**, por sua vez, alegou que, na área da construção civil, há grandes dificuldades para a alocação de PCDs nos canteiros de obras, pelos riscos que

oferecem os trabalhos ali desenvolvidos. O Sr. **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, enalteceu a iniciativa da Sra. **Heloisa Cruz**, que considerou de extrema importância para a valorização pessoal e profissional de pessoas com algum tipo de deficiência, tornando-as mais visíveis à sociedade, e revelou que a empresa que representa mantém há mais de 20 anos um programa destinado ao aproveitamento do trabalho de surdos e, em 2012, selecionou dois jovens aprendizes cegos, um deles recentemente contratado para emprego efetivo no Instituto Benjamin Constant. A Sra. **Fátima Cruz**, do Instituto Simetria, também elogiou a ideia do blog e informou que a instituição que representa mantém seis turmas específicas para pessoas com deficiência, em parceria com o SENAI.

No último item da pauta, a Sra. **Ana Cristina Aguiar**, da Fundação Roberto Marinho, iniciou sua apresentação com um filmete que resume a trajetória da entidade no apoio à educação, às artes e ao patrimônio histórico e passou a detalhar o processo de criação de diversos projetos de que participa, como o precursor Telecurso, o canal Futura, o Prêmio Jovem Cientista e o recente Museu de Arte do Rio. Segundo a palestrante, a missão da Fundação Roberto Marinho é mobilizar pessoas e comunidades por meio da comunicação, das redes sociais e de parcerias em torno de iniciativas educacionais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população. Ao explicar que os cursos de formação são modulares, e não multisseriados, formato que possibilita e incentiva o aprendizado conjunto, a Sra. **Ana Cristina Aguiar** declarou que a meta da Fundação é qualificar 1 milhão e 200 mil jovens até 2015. Em seguida, discorreu sobre os programas “Aprendiz Legal”, implantado em parceria com a Petrobras, e “Qualifica”, de qualificação profissional para jovens maiores de 16 anos, que, hoje, oferece dez diferentes cursos nas áreas da administração e da logística, em parceria com o CIEE e a OSCIP Gerar, sendo o de auxiliar administrativo o mais procurado.

Ao final, o Sr. **Ricardo Mello** explicou que a página “membros” no sítio do FEAP www.aprendizagem.org segue bloqueada por senha, até que a Coordenação Colegiada identifique quais instituições firmaram o Termo de Compromisso e, assim, podem ser consideradas membros efetivos do Fórum. Ficou deliberado, ainda, que o CIEE sediará a 21ª reunião ordinária do Fórum, prevista para 28 de maio de 2013. Nada mais havendo a tratar, às 17 horas e 20 minutos foi encerrada a reunião ordinária, da qual eu, **Ricardo Mello**, lavrei a presente Ata. No anexo, segue a lista de presença dos participantes.

Ricardo Mello
Representante da Dataprev